

Sobre o critério cartesiano de analisabilidade.

Lucas Grivet Mesquita

Mestrando em Filosofia na UFRJ (PPGLM)

<http://lattes.cnpq.br/5546193581204195>

grivet.lucas@gmail.com

113

Na Quinta Meditação, espaço em que se investigará as naturezas verdadeiras e imutáveis, bem como se apresentará o argumento ontológico, e nas Primeiras Objeções, Descartes desenvolve os critérios de propriedade necessária e imprevista, e de analisabilidade, a fim de reconhecer as naturezas verdadeiras e imutáveis, e então fundar uma disciplina totalmente *a priori*. Não pretendo investigar se se tratam de dois critérios, ou de apenas um que é composto, nem se o autor das *Meditações* logra seu objetivo com os critérios, mas, em verdade, busco investigar a natureza do critério de analisabilidade em função da razão que listo abaixo.

Ainda na Segunda Meditação, Descartes, ao chegar em seu princípio de conhecimento através do argumento do cogito, busca investigar o que é esse eu indubitavelmente existente. E para tal retoma a noção escolástica-aristotélica de alma, a saber: que ela é princípio de nutrição, movimento e sensação. O ponto que gostaria de destacar é que, já nesse momento, o critério que aqui busco tratar é utilizado de maneira a conhecer aquilo que esse eu sabidamente existente é, a saber: coisa pensante. E frente a essa antecipação do uso do critério, antes mesmo de sua enunciação, gostaria de defender que o critério de analisabilidade é um elemento já disponível à razão inatamente, e parte constituinte de sua organização, ou aquilo que Descartes chama de princípios lógicos. Então, dado o elemento central a ser defendido, faz-se necessário estabelecer as cláusulas a serem satisfeitas para que a tese proposta possa ser defendida. Penso que as seguintes cláusulas são: (i) o reconhecimento do uso do critério de analisabilidade na Segunda Meditação, antes de sua enunciação na Quinta, e na Primeiras Respostas; (ii) esse eu, que é o objeto do critério, ser uma coisa pensante - por ter o pensamento como atributo essencial e único - é uma natureza verdadeira e imutável.

Organizo esta apresentação da seguinte maneira: inicialmente, gostaria de tornar o mais inteligível quanto for possível a tese da livre criação das verdades eternas. Em

seguida, mesmo que não se encontre uma resposta satisfatória, pois não me proponho aqui a tratar desse tema, irei tematizar o problema apontado por Wilson a respeito dos critérios de reconhecimento das naturezas verdadeiras e imutáveis. Por fim, irei revisar a bibliografia disponível para que então se possa conferir a possibilidade de satisfação das cláusulas estipuladas anteriormente, e assim justificar a proposta anteriormente enunciada.

Palavras-chave: Critério. Princípios lógicos. Naturezas imutáveis.

Bibliografia

DESCARTES, René. *Meditações sobre Filosofia Primeira*. Trad. de Fausto Castilho. 3a ed. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

DESCARTES, René. Objections and Replies. *The Philosophical Writings of Descartes*, Cambridge University Press, n. 2, pp. 63-384, 1984.

DESCARTES, René. *Princípios de Filosofia*. Trad. de João Gama. Lisboa: Edições 70, 2016.

EDELBERG, Walter. The Fifth Meditation. *The Philosophical Review*, Vol. 99, n. 4, pp. 493-533, 1990.

GLEIZER, M. A. Textos de Descartes Sobre a Livre Criação das Verdades Eternas. *Analytica*, n. 1-2, v. 16, pp. 207-219, 2012.

ROCHA, E. M. O Conceito de Realidade Objetiva na Terceira Meditação de Descartes. *Analytica*, n. 2, v. 2, pp. 203-218, 1997.

ROCHA, E. M. *Indiferença de Deus*. Curitiba: Kotter Editorial, 2016.

WILSON, M. *Descartes*. USA and Canada, Routledge & Kegan Paul, 1978.